

O SOLO, A SOCIEDADE E O ESTADO (*)

Friedrich Ratzel

Nota do Tradutor (**)

Friedrich Ratzel (1844-1904) é, sem dúvida um dos mais destacados representantes da escola clássica alemã de geografia; sua obra, que trata de problemas que se associam aos de outras ciências naturais e sociais, se constitui numa das contribuições mais importantes para o desenvolvimento da geografia moderna, em sua concepção ambientalista.

Recentemente, no país, sobretudo em textos de divulgação, multiplicaram-se as referências a autores clássicos da geografia, entre os quais Ratzel, algumas vezes citados a partir de pontos de vista equivocados, em vários casos por desconhecimento de suas obras.

Isso se deve em muito, no caso de Ratzel, a que a grande maioria de seus escritos se encontra apenas em idioma alemão; foram editadas algumas poucas traduções de seus livros e artigos em italiano, inglês e francês, todas atualmente esgotadas e de difícil acesso.

A tradução que ora se publica pretende ser uma contribuição para que se conheça e possa avaliar devidamente em nosso meio o que Ratzel realmente disse. Foi elaborada no comprimento de um programa de pós-graduação sob a orientação do Prof. Manoel Seabra, a partir do texto em francês publicado em *L'Année Sociologique*, no qual não consta referência ao tradutor. Optou-se por uma tradução estritamente literal, sem preocupação com elegância de estilo, que, na circunstância, poderia ser arriscada e perifrástica. Isso posto, sua divulgação nos parece oportuna. (Mario Antonio Eufrásio).

I — O SOLO E A SOCIEDADE

Como o Estado não é concebível sem território e sem fronteiras, constituiu-se bastante rapidamente uma geografia política, e ainda que nas ciências políticas em geral se tenha perdido de vista com freqüência a importância do fator espacial, da situação, etc., considera-se entretanto como fora de dúvida que o Estado não pode existir sem um solo. Abstrai-lo numa teoria do Estado é uma tentativa vã que nunca pôde ter êxito senão de modo passageiro. Pelo contrário, tem havido muitas teorias da sociedade que permaneceram completamente alheia a quaisquer considerações geográficas; estas têm mesmo tão pouco lugar na sociologia moderna que é inteiramente excepcional se encontrar uma obra em que elas desempenham algum papel. A maior parte dos sociólogos estuda o homem como se ele se tivesse formado no ar, sem laços com a terra. O erro dessa concepção salta aos olhos, é verdade, no que concerne às formas inferiores da sociedade, porque sua extrema simplicidade faz com que sejam semelhantes às formas mais elementares do Estado. Mas então, se os tipos mais simples de Estado são irrepresentáveis sem um solo que lhes pertença, assim também deve ser com os tipos mais simples de sociedade; a conclusão se impõe.

(*) — Traduzido de "Le Sol, la Société et l'État" — *L'Année Sociologique* (1898-1899) 3^o: 1-14, Paris.

(**) — Tradutor: Mario Antonio Eufrásio. O tradutor, na época da elaboração deste trabalho, era aluno do Dept^o de Geografia da FFLCH da USP, no curso de Pós-Graduação a nível de Mestrado.

Trabalho entregue para publicação em 18/08/82.

Num e noutro caso, a dependência em relação ao solo é um efeito de causas de todo gênero que ligam o homem à terra. Sem dúvida, o papel do solo aparece com mais evidência na história dos Estados que na história das sociedades, e isso seria devido aos espaços mais consideráveis de que o Estado tem necessidade. As leis da evolução geográfica são menos fáceis de se perceber no desenvolvimento da família e da sociedade que no desenvolvimento do Estado; e o são justamente porque aquelas estão mais profundamente enraizadas ao solo e mudam menos facilmente do que este. É mesmo um dos fatos mais consideráveis da história a força com a qual a sociedade permanece fixada ao solo, mesmo quando o Estado dele se destacou. Quando o Estado romano morre, o povo romano lhe sobrevive sob a forma de grupos sociais de todo tipo e é pelo intermédio desses grupos que se transmitiram à posteridade uma multiplicidade de propriedades que o povo havia adquirido no Estado e pelo Estado.

Assim, quer seja o homem considerado isoladamente ou em grupo (família, tribo ou Estado), por toda parte em que se observar se encontrará algum pedaço de terra que pertence ou à sua pessoa ou ao grupo de que ele faz parte. No que diz respeito ao Estado, a geografia política após longo tempo se habituou a levar em consideração a dimensão do território ao lado da cifra da população. Mesmo os grupos, como a tribo, a família, a comuna, que não são unidades políticas autônomas, somente são possíveis sobre um solo, e seu desenvolvimento não pode ser compreendido senão com respeito a esse solo; assim como o progresso do Estado é ininteligível se não estiver relacionado com o progresso do domínio político. Em todos esses casos, estamos na presença de organismos que entram em intercâmbio mais ou menos durável com a terra, no curso do qual se troca entre eles e a terra todo gênero de ações e de reações. E quem venha a supor que, num povo em vias de crescimento, a importância do solo não seja tão evidente, que observe esse povo no momento da decadência e da dissolução! Não se pode entender nada a respei-

to do que então ocorre se não for considerado o solo. Um povo regride quando perde território. Ele pode contar com menos cidadãos e conservar ainda muito solidamente o território onde se encontram as fontes de sua vida. Mas se seu território se reduz, é, de uma maneira geral, o começo do fim.

II — HABITAÇÃO E ALIMENTAÇÃO

Sob variações diversas, a relação da sociedade com o solo permanece sempre condicionada, por uma dupla necessidade: a da habitação e a da alimentação. A necessidade que tem por objeto a habitação é de tal modo simples que dela resultou, entre o homem e o solo, uma relação que permaneceu quase invariável no tempo. As habitações modernas são, na maior parte, menos efêmeras que as dos povos primitivos; mas o habitante das grandes cidades faz para si com pedras talhadas um abrigo artificial que nem sempre é tão espaçoso quanto as cavernas da idade da pedra; da mesma forma, muitas das aldeias negras e polinésias são compostas de choças mais confortáveis que muitas aldeias européias. Em nossas capitais, os representantes da mais alta civilização que já existiu dispõem, para suas habitações, de menos lugar que os habitantes miseráveis de um *kraal* hotentote. As habitações entre as quais há mais diferença são, de um lado, aquelas dos pastores nômades, com a extrema mobilidade necessária às migrações contínuas da vida pastoril, e, de outro, os apartamentos amontoados nos enormes edifícios de nossas grandes cidades. E todavia, os próprios nômades estão ligados ao solo, ainda que os laços que os ligam a ele sejam mais fracos que aqueles da sociedade de vida sedentária. Eles têm necessidade de mais espaço para se mover, mas voltam periodicamente a ocupar os mesmos locais. Portanto, não existe apoio para se opor os nômades a todos os outros povos sedentários tomados em bloco, pela única razão de que após uma estada de alguns me-

ses num local, o nômade levanta sua tenda e a transporta, no dorso de seu camelo, para algum outro lugar, de pastagem. Essa diferença nada tem de essencial; não tem, mesmo, a importância daquela resultante de sua grande mobilidade, de sua necessidade de espaço, consequência da vida pastoril.

Representou-se igualmente os nômades como completamente desprovidos de qualquer organização política no sentido da antiga máxima *Sacae nomades sunt, civitatem non habent*. (1) Indagou-se se eles valorizam o solo que ocupam e, conseqüentemente, se eles o delimitam. Mas hoje, tal fato é indubitável: o território da Mongólia é tão delimitado e dividido quanto o da Arábia. Montanhas, riquezas, cursos d'água e mesmo montes de pedra artificialmente edificados representam as fronteiras das tribos, e até mesmo as menores divisões apresentam limites. E quanto à capacidade desses mesmos povos em criar Estados, pode-se ver quanto ela é grande pela história das sociedades sedentárias que se encontram rodeadas por tribos nômades; quando os Estados das primeiras decaem, são justamente os nômades vizinhos que introduzem uma nova vida da qual resultam novos Estados.

De resto, não é entre os pastores nômades que a ligação com o solo está em seu mínimo; com efeito eles retornam sempre às mesmas pastagens. Ela é muito mais fraca entre os agricultores da África tropical e das Américas que, a cada dois anos aproximadamente, deixam seus campos de milho ou mandioca para a eles nunca mais retornar. E ela é menor ainda entre aqueles que, por medo dos povos que ameaçam sua existência, não ousam se ligar muito fortemente à terra. Entretanto, uma classificação superficial não inclui tais sociedades entre os nômades. Se se classificar os povos segundo a força com que aderem ao solo, é preciso colocar decididamente no nível mais baixo os pequenos povos caçadores da África central e da Ásia do sudoeste, assim como aqueles grupos que se encon-

tram errantes em toda espécie de sociedade, sem que um solo determinado lhes seja destinado em particular (por exemplo, os boêmios da Europa, os *Fetths* do Jopão). Os Australianos, os habitantes da Terra do Fogo, os esquimós que para suas caçadas, para suas coletas de raízes, procuram sempre certas localidades o que delimitam seus territórios de caça, estão a um nível mais elevado. Mais acima, se encontram os agricultores nômades dos países tropicais; depois, os povos pastores que, nas diferentes regiões da Ásia, há séculos se mantêm sobre o mesmo solo. E é somente então que vêm os agricultores sedentários, estabelecidos em aldeias fixas, e os povos civilizados, igualmente sedentários, dos quais a cidade é como que o símbolo.

A alimentação é a necessidade mais premente para os particulares como para a coletividade; também as necessidades que ela impõe aos indivíduos como aos grupos sobrepuja todas as outras. Quer o homem busque seus alimentos através da caça, da pesca, dos frutos da terra, é sempre da natureza da alimentação que dependem o lugar da habitação e a extensão do terreno que produz os alimentos. O tempo de permanência dos estabelecimentos em um mesmo local varia igualmente segundo as fontes da alimentação fluam de uma maneira durável ou se esgotem ao fim de certo tempo. A caça emprega os homens de preferência, enquanto que a coleta de fruto é muito mais ocupação das mulheres e crianças. Quanto mais a caça e a pesca são produtivas, mais há mulheres e crianças disponíveis para o trabalho doméstico; e tanto mais, por consequência, a casa pode ser solidamente construída e convenientemente disposta. Enfim, quanto mais a agricultura está em condições de assegurar à necessidade de se alimentar uma satisfação certa, tanto mais também se torna possível se fixar sobre um *habitat* limitado. Há então uma multiplicidade de fenômenos sociais que têm sua causa na necessidade, primitiva e premente, da alimentação. E para

(1) — Em latim, no or.: “Os sécios são nômades, e não têm cidades (não conhecem vida social urbana organizada)”. (N. do T.)

se explicar esse fato, não é necessário se recorrer à teoria da “urgência” de que fala Lacombe, segundo a qual as instituições mais primitivas e mais fundamentais seriam aqueles que respondem às necessidades mais urgentes.

Quando se utiliza o solo apenas de uma maneira passageira, a fixação a ele se dá apenas de uma maneira também passageira. Quanto mais as necessidades da habitação e da alimentação ligam estreitamente a sociedade à terra, tanto mais é premente a necessidade de nela se manter. É dessa necessidade que o Estado tira suas melhores forças. A tarefa do Estado, no que concerne ao solo, permanece sempre a mesma em princípio: o Estado protege o território contra os ataques externos que tendem a diminuí-lo. No mais alto grau da evolução política, a defesa das fronteiras não é a única a servir nesse objetivo; o comércio, o desenvolvimento de todos os recursos que contém o solo, numa palavra, tudo aquilo que pode aumentar o poder do Estado a isso concorre igualmente. A defesa do território (pays) é o fim último que se persegue por todos esses meios. Essa mesma necessidade de defesa é também o resultado do mais notável desenvolvimento que apresenta a história das relações do Estado com o solo; quero me referir ao crescimento territorial do Estado. O comércio pacífico pode preparar esse crescimento, porque ele tende finalmente a fortalecer o Estado e a fazer recuar os Estados vizinhos. Quer consideremos uma sociedade grande ou pequena, antes de tudo, ela busca manter integralmente o solo sobre o qual vive e do qual vive. Logo que venha a se assegurar especialmente dessa tarefa, imediatamente ela se transforma em Estado.

É preciso observar as formas mais simples das sociedades para bem compreender essa relação. Se se examina de perto a relação da sociedade com o solo e essa necessidade de proteger o solo que é a razão de ser do Estado, se nota que, de todos os agrupamentos sociais, aquele que apresenta a mais forte coesão é a casa cujos membros moram todos

juntos, limitados no mais estreito espaço, unidos à mesma cunha de terra. Os habitantes da aldeia, da cidade estão ainda, pela mesma razão, fortemente ligados uns aos outros. Mesmo quando estes últimos tipos de sociedade tomam formas políticas, elas conservam ainda alguma coisa de familiar na maneira pela qual estão constituídas e não vemos ainda o Estado aparecer porque ele se confunde com a família. O caráter doméstico da associação recobre o seu caráter político. É somente quando a família está fragmentada que os acordos sociais, necessários à defesa, se distinguem dos outros; e vemos então aparecer o Estado quando forças tomadas desses diversos grupos familiares são associadas no objetivo especial de defender o solo. A idéia de que o solo tem alguma coisa de sagrado, porque os ancestrais estão nele enterrados, contribui para esse resultado; porque a ligação ao solo, que é consequência dessa idéia, cria entre as sociedades, distintas e separadas, uma comunidade de interesse que é um encaminhamento para a formação do Estado.

III — O SOLO E A FAMÍLIA

Do ponto de vista econômico tanto quanto do ponto de vista político, a relação mais simples que uma sociedade pode manter com o solo é aquela que se observa no caso da família monogâmica; entendendo por isso o grupo formado por um casal e seus descendentes que, a partir de uma choça comum, se irradiam sobre um espaço limitado que exploram para a caça ou a pesca, tendo em vista dele extrair sua alimentação. Se a família cresce por multiplicação natural, então se vê também crescer o solo que lhe é necessário para poder viver. No caso mais simples, esse crescimento se faz sem soluções de continuidade, ou seja, o domínio utilizado se estende em torno da casa familiar. Vindo a aumentar, a família monogâmica pode vir a ser a família composta ou o clã que, como na América do Norte e na Oceania, inteira, permanece morando sob um mesmo teto, na “casa do clã”.

Naturalmente, só pode ser assim onde o solo é particularmente produtivo, como perto dos rios bastante piscosos da América do Norte, ou ainda nas regiões onde a agricultura alcançou um grau bastante alto de desenvolvimento. Esse tipo de família ou do clã faz, então, as vezes de Estado. Mas quando o grupo familiar se divide a fim de assegurar aos recém-chegados uma parte determinada do solo, logo aparecem habitantes novos e cada um deles é a séde de uma nova sociedade doméstica. Então o desigual valor das terras começa a fazer sentir seus efeitos; elas são mais ou menos afastadas, elas não têm a mesma situação, a mesma fecundidade e todas essas diferenças têm uma influência sobre o desenvolvimento das famílias. Os pais não podem formar grupos economicamente fechados uns em relação aos outros; mas o laço que os une em virtude de sua comunidade de origem se mantém e liga muitos estabelecimentos, muitas aldeias, muitas casas de clã uns aos outros. É assim que um Estado tem origem. Desta vez, a separação das unidades políticas e das unidades econômicas é um fato consumado. Mas, nesse estágio do desenvolvimento, o Estado coincide ainda com o clã. Ora, é de sua essência fazer para si um território que ultrapasse aquele que ocupa o grupo familiar. Este último é e permanece um organismo monocelular; o Estado, ao contrário, atrai para o seu círculo de ação um número sempre mais considerável desses organismos elementares e ultrapassa a todos. Forma-se, assim, entre esses dois tipos de agrupamento, uma diferença de dimensão que é profunda e essencial.

IV — O SOLO E O ESTADO

Para além do clã, todo crescimento da sociedade é, na realidade, um crescimento do Estado. Se muitos clãs estabelecem uma aliança ofensiva ou defensiva, a confederação que formam por sua união não é ainda um Estado. O Estado se desprende então sucessivamente do grupo econômico, depois do grupo familiar, os domina e os envolve.

Então, se chega à fase em que o Estado é o único grupo que pode receber uma extensão territorial contínua. É dessa maneira que cresceu cada vez mais até formar impérios que abarcaram quase continentes; e o limite extremo desse desenvolvimento não foi ainda atingido.

Assim, do mesmo modo que os grupos econômicos compostos de uma habitação com os territórios de caça, de pesca ou de cultura de que dependem representam as formas primitivas do Estado, são eles também os primeiros a perder todo caráter desse gênero. Mas eles se desenvolvem ativamente em outros sentidos e, se o Estado ao qual pertencem vem a se dissolver, eles estão prontos a retomar seu antigo papel desde que seja útil. É que eles compreendem, como Estado, um território e homens. O grupo dos pais não compreende senão homens; não tem raízes no solo; desde que o Estado ultrapasse o clã, também se vê esse grupo desaparecendo entre a aldeia e o Estado.

Ainda que a tendência à extensão territorial seja como que inata na natureza mesma dos Estados, sucede que, colocados esses em condições especiais, devem, para poder se manter, renunciar a se estender. Mas quando o Estado assim assinala limites à sua dimensão, o crescimento natural da população a torna necessariamente muito densa, se forças políticas e sociais não intervêm para colocar obstáculos a essa condensação. Se essa intervenção não se produzisse, a relação dos homens com o solo deveria se modificar por toda parte no mesmo sentido; eles se tornariam sempre mais numerosos enquanto que a porção do solo ocupada por cada um iria diminuindo. O Estado que depende firmemente de seu solo e que não quer sair do isolamento em que encontra segurança é então obrigado a se empenhar em uma luta contra a sociedade. Ele impede o crescimento natural desta, determinando migrações. Todavia, enquanto a humanidade não ultrapassou ainda o estágio da barbárie, foram os meios mais simples e os mais rapidamente eficazes os de preferência empregados. Todas as prá-

ticas que têm por efeito diminuir artificialmente o número de vidas humanas e às quais a sociedade é obrigada a se conformar, desde o abandono dos recém-nascidos até a antropofagia, a *vendetta*, a guerra, concorrem para produzir esse resultado. A necessidade dessa diminuição é particularmente evidente em toda parte em que os povos ocupam um domínio nitidamente circunscrito pela natureza, como os oásis e as ilhas; é o que Malthus já havia visto. Ela não é tão visível nos pequenos Estados dos povos primitivos, porque a natureza não os separa tão radicalmente do resto do mundo; mas a vontade dos homens zela cada vez mais para mantê-los isolados. É um dos mais prementes *desiderata* da sociologia que os métodos pelos quais se colocou obstáculos ao crescimento da população, métodos cuja prática é tanto consciente como inconsciente, sejam enfim expostos de uma maneira sistemática. A maneira pela qual as sociedades definham e morrem quando são colocadas em contacto com povos de civilização superior foi descrita em numerosas monografias; e entretanto esse fenômeno está longe de ter desempenhado na história da humanidade um papel tão importante quanto a tendência dos grupos sociais em se concentrar em espaços restritos e em se isolar uns dos outros, tendência à qual milhares de povos, pequenos ou grandes, sacrificaram as forças que lhes teriam permitido crescer.

O progresso da humanidade, que só é possível graças ao contacto dos povos e à sua concorrência, deveria necessariamente ser entravado ao alto ponto por práticas desse gênero. No círculo estreito e sempre homogêneo do Estado familiar, nenhuma personalidade original poderia se constituir e as inovações seriam impossíveis. Elas supõem, com efeito, que uma primeira diferenciação se tenha produzido no seio da sociedade e que, além disso, se tenham estabelecido relações entre as diferentes sociedades de maneira a que possa haver entre elas como que uma mútua estimulação para o progresso. E é preciso que o fato não se produza uma só e única vez, mas que se repita. É essa mesma idéia que exprimia Comte quando dizia que, fora o meio,

havia uma força, capaz de ou estimular ou retardar o progresso, na densidade crescente da população, na necessidade crescente de alimentos que aparece ao mesmo tempo, e na divisão do trabalho e a cooperação que dela resultam. Se Comte se tivesse elevado a uma concepção propriamente geográfica, se tivesse compreendido que essa força como esse meio têm o solo por base e dele não podem ser separados porque o espaço lhes é igualmente indispensável, teria ao mesmo tempo aprofundado e simplificado toda a noção que tinha do meio.

A sociedade é o intermediário pelo qual o Estado se une ao solo. Segue-se que as relações da sociedade com o solo afetam a natureza do Estado em qualquer fase de seu desenvolvimento que se considere. Quando a atividade econômica é pouco desenvolvida, ao mesmo tempo em que o território é extenso, e, por consequência, é fácil desunir-se dele, resulta uma falta de consistência e de estabilidade na constituição do Estado. Uma população esparsa, que tem necessidade de muito espaço, mesmo quando ela estiver encerrada em um círculo de fronteiras nitidamente definidas, produz o Estado dos nômades, cujo traço característico é uma forte organização militar, tornada necessária pela necessidade de defender vastas extensões de terra com um pequeno número de habitantes. Se, pela prática da agricultura, a sociedade se une mais estreitamente ao solo, então ela imprime ao Estado todo um conjunto de caracteres que dependem da maneira pela qual as terras estão divididas entre as famílias. De início, o Estado está mais solidamente estabelecido sobre um solo bastante povoado, de onde ele pode tirar mais força humanas para sua defesa e uma maior variedade de recursos de toda espécie do que se a população fosse pequena. Também não é simplesmente segundo a extensão de seu território que é preciso apreciar a força de um Estado; tem-se uma medida melhor na relação que a sociedade sustenta com o território. Porém há algo mais; essa mesma relação age também sobre a constituição interna do Estado. Quando o solo está dividido igualmente, a sociedade é

homogênea e propende para a democracia; ao contrário, uma divisão desigual é um obstáculo a toda organização social que daria a preponderância política aos não proprietários e que seria, por conseguinte, contrária a toda espécie de oligocracia. Esta atinge seu máximo de desenvolvimento nas sociedades que têm em sua base uma população de escravos sem propriedade e quase sem direitos.

Daí vem uma grande diferença entre dois tipos de Estados: em uns, a sociedade vive exclusivamente do solo que ela habita (quer seja pela agricultura ou pela criação, não importa) e o domínio de cada tribo, de cada comuna, de cada família tende a formar um Estado no Estado; nos outros, os homens são obrigados a recorrer a terras diferentes e frequentemente muito afastadas em que estão estabelecidos. Onde a densidade está em seu ponto mais alto, não há senão uma pequena parte da população que vive unicamente do solo; a maioria vai procurar os alimentos e o vestuário necessários para viver em um outro solo. Nos distritos industriais mais povoados, uma boa parte dos trabalhadores reside longe do local em que estão empregados; é uma população flutuante que vai para cá ou lá segundo as oportunidades de trabalho que lhes são oferecidas. Mas aqueles que não vivem do solo que ocupam têm naturalmente necessidade de estabelecer relações com outras terras. É para isso que serve o comércio. Somente que o cuidado de colocar essas relações ao abrigo das revoltas possíveis é uma função que incumbe ao Estado; assim é que se vê este último estender seu campo de ação por meio de colônias, de confederações aduaneiras, de contratos de comércio, movimento de extensão que tem sempre, pelo menos em algum grau, um caráter político. Encontramos, então mesmo nos estágios mais elevados da evolução social, a mesma divisão do trabalho entre a sociedade que utiliza o solo para habitar e para dele viver, e o Estado que o protege com as forças concentradas em suas mãos.

Poderá nos ser objetado talvez que essa concepção deprecia o valor do povo e sobretudo do

homem e de suas faculdades intelectuais, porque ela exige que seja levado em conta o solo sem o qual um povo não pode existir. Mas a verdade não deixa de ser verdade. O papel do elemento humano na política não pode ser exatamente apreciado, se não se conhecem as condições às quais a ação política do homem está subordinada. “A organização de uma sociedade depende estreitamente da natureza de seu solo, de sua situação; o conhecimento da natureza física do território (pays), de suas vantagens e de seus inconvenientes, resulta então na história política”. A história nos mostra, de uma maneira muito mais penetrante que o historiador, a que ponto o solo é a base real da política. Uma política verdadeiramente prática tem sempre um ponto de partida na geografia. Em política como em história, a teoria que faz abstração do solo toma os sintomas por causa. Como compreender tudo aquilo que há de estéril numa luta em que o poder político é o único objetivo e onde a vitória, de qualquer lado a que se volte, deixaria entretanto as coisas quase no mesmo estado em que se encontravam antes? Tratados que não têm por efeito repartir esse poder em conformidade com a situação respectiva dos Estados, não são nunca senão expedientes diplomáticos sem duração. Ao contrário, a aquisição de um território novo, ao obrigar os povos a empreender novos trabalhos, estendendo seu horizonte moral, exerce sobre eles uma ação verdadeiramente libertadora. Eis o que determina o renascimento dos povos que, após uma guerra feliz, se enriquecem de novos territórios (pays), prêmio de sua vitória. Eis de onde vem esse efeito de renovação e de rejuvenescimento que historiadores profundos, como Mommsen, atribuem a toda expansão política. A Rússia desenvolveu seu poder no curso daquelas mesmas lutas que a Europa ocidental sustentou durante as cruzadas. Mas aqui aparece a grande diferença entre a história que se move sobre a terra natal e aquela que se dissipa em expedições longínquas nos países estrangeiros. É na Rússia que se fundou esse grande império cristão do Leste que as cruzadas procuraram

de maneira vã criar em outro lugar, porém se absten-
do de qualquer base territorial. Nela se vê crescer
sem interrupção um Estado que tira suas forças
do solo recém-adquirido; aqui se assiste a um rá-
pido aborto devido a que se estava muito longe das
fontes mesmas da vida nacional. A guerra da Cri-
méia, o tratado de Paris de 1856 e sua denúncia
em 1871 são outros exemplos do mesmo fenômeno;
as condições geográficas aí desempenharam o mes-
mo papel.

Nessa poderosa ação do solo, que se manifesta
através de todas as fases da história como em to-
das as esferas da vida presente, há alguma coisa
de misterioso que não deixa de angustiar o espíri-
to; porque a aparente liberdade do homem parece
como que anulada. Vemos, com efeito, no solo a
fonte de toda servidão. Sempre o mesmo e sem-
pre situado no mesmo ponto do espaço, ele serve
como suporte rígido aos humores, ás aspirações
mutáveis dos homens, e quando lhes acontece es-
quecer desse substrato, ele lhes faz sentir su impé-
rio e lhes lembra, por sérias advertências, que to-
da a vida do Estado tem suas raízes na terra. Ele
regula os destinos dos povos com uma brutalidade
cega. Um povo deve viver sobre o solo que rece-
beu por acaso, deve nele morrer, deve submeter-se
á sua lei. É no solo enfim que se alimenta o egoís-
mo político que faz do solo o objetivo principal da
vida pública; ele consiste, com efeito, em conservar
sempre e apesar de tudo o território nacional, e em
fazer de tudo para permanecer o único a dele des-
frutar, mesmo quando os laços de sangue, as afe-
ções étnicas inclinassem os corações para as gen-
tes e as coisas situadas além das fronteiras.

V — O SOLO E O PROGRESSO

É inteiramente natural que a filosofia da his-
tória tenha sempre colocado uma espécie de pre-
dileção em investigar a base geográfica dos eventos
histórico. Com efeito, em sua qualidade de ciência
mais elevada, que se distingue unicamente das
outras disciplinas históricas por sua tendência em

investigar de preferência as causas gerais e per-
manentes, ela encontrou no solo, que é sempre
idêntico a si mesmo, um fundamento imutável aos
eventos mutáveis da história. É igualmente assim
que a biologia, que é em definitivo a história dos
seres vivos sobre a terra, está sempre voltada á
consideração do solo sobre o qual esses seres nas-
ceram, se movem e lutam. A filosofia da história é
superior à sociologia porque procedeu por compa-
rações históricas e porque foi assim conduzida, por
si própria, a compreender a importância do solo.
Devido oferecer um ponto de referência fixo no
meio de mudanças incessantes das manifestações
vitais, *o solo tem já, em si e por si, alguma coisa de
geral*. Eis como se deu que os filósofos tenham vin-
do bastante cedo a reconhecer, melhor que os histo-
riadores propriamente ditos, o papel do solo na his-
tória. Montesquieu e Herder não se propunham re-
solver problemas sociológicos ou geográficos quan-
do se preocuparam em estudar as relações dos po-
vos e dos Estados com seus territórios respectivos;
mas, para compreender o papel do homem e seu
destino, eles sentiram a necessidade de representá-
lo sobre este solo que serve de teatro à sua ativi-
dade e que, segundo Herder o Ritter, foi criado pa-
ra ele, de maneira a lhe permitir aí se desenvolver
conformemente ao plano do Criador.

O que é surpreendente é que, nas considera-
ções relativas ao progresso histórico, dele se tenha
tão pouca conta. Quanto são obscuras essas teo-
rias em que se nos representa o desenvolvimento
humano sob a forma de uma ascensão em linha reta,
ou de uma espécie de fluxo e de refluxo, ou de um
movimento em espiral, etc.! Rejeitemos essas fan-
tasia e nos atenhamos à realidade, nos obrigando
sempre a sentir o sólido solo sob nossos pés. Então
veremos a evolução social e política se reproduzir
sob nossos olhos, no seio do espaços sempre mais
extensos. É evidente que, por isso mesmo, a evo-
lução, ela também, se eleva sempre mais alto. Por-
que o horizonte geográfico se estende, as ciências,
da astronomia à sociologia, além de se desenvolve-
rem em amplitude, alcançam um grau de conheci-

mento sempre mais elevado. À medida em que o território dos Estados se torna mais considerável, não é somente o número de quilômetros quadrados que cresce, mas também sua força coletiva, sua riqueza, seu poder e, finalmente, seu tempo de permanência. Como o espírito humano se enriquece cada vez mais à medida em que os caminhos percorridos pela evolução humana sobre esta terra se dilatam mais, o progresso pode ser figurado, com

uma aproximação suficiente, por uma espiral ascendente cujo raio vai aumentando cada vez mais. Mas a imagem está tão longe da realidade que é desprovida de qualquer utilidade. É por isso que pode ser considerado como suficiente mostrar na extensão progressiva do território dos Estados, um caráter essencial e, ao mesmo tempo, um poderoso motor do progresso histórico.